

PREVALÊNCIA DE MENINOS E MENINAS EM CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: PERCEPÇÕES DE SERVIDORES DE UM INSTITUTO FEDERAL

Carolina Fontoura Cartana¹

Humberto Luis de Cesaro²

DOI: <https://doi.org/10.36524/profept.v5i3.962>

RESUMO

O artigo aborda a prevalência de meninos e meninas em cursos do ensino médio integrado, sob a perspectiva dos servidores envolvidos no ensino e no atendimento ao estudante. São discutidas características da divisão sexual do trabalho. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com servidores/as de um Instituto Federal, que foram analisadas segundo o método de análise de conteúdo. Discorre-se sobre as concepções dos entrevistados acerca das características de estudantes conforme o gênero. São feitas considerações sobre o trabalho de reprodução social. Aborda-se também as ações desenvolvidas por docentes e técnicos no sentido de promover um ambiente de ensino mais democrático e equânime para meninos e meninas.

Palavras-chave: prevalência; gênero; ensino médio integrado; divisão sexual do trabalho.

PREVALENCE OF BOYS AND GIRLS IN INTEGRATED HIGH SCHOOL COURSES: PERCEPTIONS OF THE EMPLOYEES OF A FEDERAL INSTITUTE

The article discusses the prevalence of boys and girls in integrated high school courses, from the perspective of the employees involved in teaching and student care. Characteristics of the sexual division of labor are discussed. For the research, semi-structured interviews were conducted with public servants of a Federal Institute, later analyzed according to the method of content analysis. The study discusses the interviewees' conceptions about the characteristics of the students according to gender and considerations are made about the work of social reproduction. Finally, the actions developed by teachers and administrative technicians are addressed to promote a more democratic and equitable teaching environment for boys and girls.

Keywords: prevalence; gender; sexual division of labor; integrated high school.

¹ Instituto Federal Catarinense. E-mail: carolinacartana@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7005-3114>

² Instituto Federal Catarinense. E-mail: humberto.cesaro@ifc.edu.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2929-6557>

INTRODUÇÃO

Embora as mulheres venham, paulatina e persistentemente, conquistando espaços em redutos masculinos no mundo do trabalho, tornando mais equilibradas as proporções de gênero em diferentes profissões, ainda evidenciam-se, em determinados cursos de ensino médio integrado da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, diferentes proporcionalidades nos números de matrículas femininas e masculinas. Na Plataforma Nilo Peçanha (ano-base 2019) é possível verificar a marca da divisão sexual do trabalho: há cursos ocupados prioritariamente por meninos, como Técnico em Mecânica (71% de matrículas masculinas), e cursos com participação massiva de meninas, como Técnico em Alimentos (70% de matrículas femininas).

Os resultados apresentados neste artigo são parte de pesquisa realizada em 2019 e 2020 que buscava compreender como um instituto federal específico lida com a separação de gêneros em alguns cursos. Para tanto, buscou-se conhecer o que pensam os servidores/as, técnicos/as e docentes, sobre a prevalência de meninos e meninas nos cursos de ensino médio integrado nos *campi* em que essa diferença é mais acentuada.

Um dos conceitos-chave para compreender o tema é a divisão sexual do trabalho, que se caracteriza por designar prioritariamente “os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva” ao mesmo tempo em que determina a “apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”. (HIRATA; KERGOAT, 2007). São apontados ainda dois princípios que perpassam a divisão sexual do trabalho nas suas diversas manifestações ao longo do tempo e do espaço. Tratam-se do princípio da separação (“existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres”) e do princípio hierárquico (“um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

A gênese do conceito, como conhecemos hoje, está associada às discussões do movimento feminista dos anos 1970, quando as mulheres, mais sistematicamente, tomaram consciência do trabalho doméstico que desempenhavam, trabalho este com a marca da invisibilidade, “realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.597).

O trabalho realizado pelas mulheres no âmbito privado é imprescindível, uma vez que “as mulheres providenciam o suporte principal do capitalismo fora do local de trabalho”

(BHATTACHARYA, 2019, p 105). Ele cumpre o papel de reproduzir a força de trabalho, tornando-a renovada, sadia e disponível para o trabalho produtivo. Normalmente a mulher realiza suas atividades de trabalho em dobro, fora e dentro de casa. É no universo da vida privada que “ela consome horas decisivas no trabalho doméstico com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria.” (ANTUNES, 2009, p. 108).

Desta forma, as esferas do público e privado impactam nas características e atitudes esperadas de homens e mulheres. Para Biroli (2018), a configuração das fronteiras entre essas esferas “implica lugares distintos para mulheres e homens”, sendo as mulheres atribuídas à esfera privada. A autora pontua ainda que o acesso à esfera pública pelas mulheres contém filtros, “que estão vinculados às responsabilidades a elas atribuídas na esfera privada e à construção de sentidos do feminino que ainda guardam relação com a noção de domesticidade” (BIROLI, 2018, p. 11). Biroli entende ainda que a divisão sexual do trabalho produz o gênero, ainda que “não o faça isoladamente” (BIROLI, 2018, p.36).

Entende-se gênero aqui na concepção de Scott (1990), como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990. p. 86). O conceito de gênero procura demonstrar que as discriminações vividas pelas mulheres não têm relação alguma com atributos naturais ou características inatas, mas são o resultado das relações sociais entre homens e mulheres, construídas historicamente. Tal conceito serve como uma ferramenta analítica e também como uma ferramenta política (Quirino, 2015, p.231).

Uma das preocupações que motivou este estudo é a potencialidade de reforço aos padrões de comportamento e estereótipos socialmente imputados a cada gênero no seio da instituição escolar. O receio surgiu a partir do contato com artigos que discutem reflexos da divisão sexual do trabalho em cursos de graduação, em que são relatadas atitudes preconceituosas e estigmatizadas na fala de colegas e até mesmo professores, especialmente cursos superiores majoritariamente masculinos. De modo análogo, seria razoável supor que tais situações ocorram também na educação profissional de nível médio. Por outro lado, a escola também tem o potencial de questionar a naturalização dos papéis atribuídos a cada gênero.

As diferenças entre homens e mulheres no mundo do trabalho podem ser vistas como algo trivial e naturalizado, a partir de particularidades que simbolizam cada gênero socialmente.

À mulher, atribuem-se características como paciência, cuidado, emotividade, delicadeza, beleza. Enquanto ao homem atribui-se força, racionalidade, objetividade, liderança, entre outras. Tais concepções interessam sobremaneira às discussões sobre a divisão sexual do trabalho, dado que, como explicam Luz e Gitahy (2016), continuam existindo percepções que associam atividades profissionais com supostas características femininas e masculinas, “que justificariam a separação sexual do trabalho, a partir da crença de que homens e mulheres teriam naturalmente capacidades distintas” (LUZ; GITAHY, 2016, p. 56).

Procurou-se conhecer o que pensam os/as servidores/as da instituição sobre a prevalência de gênero nos cursos da instituição uma vez que, no seu trabalho, podem interferir para reforçar ou questionar estereótipos sobre os atributos de homens e mulheres. Potencialmente auxiliam na manutenção da divisão sexual do trabalho como algo naturalizado, o que pode dificultar a permanência e êxito de estudantes de gênero minoritário dos cursos; ou podem atuar para conscientizar sobre o caráter limitante e estigmatizante de tais ideias.

PERCURSO METODOLÓGICO

A fim de atender à proposta do estudo, optou-se por realizar entrevistas com servidores/as dos *campi* que tivessem maiores diferenças nas proporções entre meninos e meninas nas matrículas. Foram verificados os *campi* da instituição que apresentassem ao menos um curso com predominância feminina, e um curso com predominância masculina. Ou seja, foi feita a opção por investigar o que pensam os servidores/as dos *campi* em que há, simultaneamente, os dois extremos. Para esta definição utilizou-se o critério quantitativo do trabalho de Mena-Chalco e Rocha (2014), que empregou o parâmetro de 70% para identificar se uma área é predominantemente masculina ou feminina, a fim de caracterizar, estatisticamente, o banco de teses e dissertações da CAPES. Assim, foram selecionados quatro *campi* que apresentaram, segundo os dados da Plataforma Nilo Peçanha referentes ao ano de 2018, cursos com mais de 70% de estudantes do mesmo *sexo*. Embora entenda-se que “gênero” seja uma terminologia mais adequada, utiliza-se nestas porcentagens a expressão “sexo”, já que consta assim na Plataforma Nilo Peçanha, que não traz dados sobre a identidade de gênero dos/as estudantes.

Outros *campi* da instituição também apresentaram diferenças significativas, mas foram desconsiderados por entendermos que são mais expressivos os casos em que há, no mesmo *campus*, cursos com proporções mais discrepantes quanto ao gênero.

Para realizar as entrevistas foi solicitada a anuência da Direção-geral de cada um dos *campi*. As entrevistas foram realizadas no mês de novembro de 2019. Foram convidados/as a participar da pesquisa servidores/as docentes, atuando na coordenação desses cursos, e servidores/as técnicos/as em exercício no setor de atendimento ao estudante. Foram realizadas ao todo 13 entrevistas, nove com mulheres e quatro com homens. Das pessoas entrevistadas, nove eram docentes e quatro técnico-administrativos/as. Os docentes, em média, atuaram na coordenação de curso por 19 meses. Seis coordenadores tinham mais de dois anos de experiência. Já os técnico-administrativos tinham todos mais de três anos na instituição.

Pelo tempo de experiência, presume-se que tenham razoável conhecimento sobre a dinâmica de trabalho da instituição, bem como as características dos cursos e dos/as estudantes.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, registradas com gravador de som (com a concordância de cada entrevistado/a), exceto uma que foi realizada via telefone, também gravada em arquivo de som. Elas foram transcritas e organizadas em arquivos digitais. As entrevistas abordaram, dentre outros pontos, os motivos atribuídos para a proporção de gênero acentuada nos cursos dos *campi*; se percebiam alguma dificuldade ou tratamento diferenciado em virtude do gênero dos/as estudantes; se reparavam haver componentes curriculares mais ou menos fáceis para meninas e meninos; e como viam a forma da instituição lidar com as diferenças de gênero entre os/as discentes. A partir do roteiro inicial da entrevista semiestruturada, eventualmente, ocorria a inclusão de novas perguntas conforme o desenrolar da conversa.

Para análise das entrevistas foi utilizado o método de análise de conteúdo de Bardin (1977). O método da análise de conteúdo adequa-se ao estudo das “motivações, atitudes, valores, crenças, tendências” (BARDIN, 1977, p. 106). A autora entende a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter (por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens) indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p.42).

Com a leitura preliminar do material elencaram-se temas gerais para análise. A partir daí, foram elencadas as categorias temáticas específicas, utilizando tabela eletrônica para sistematização das recorrências de posicionamentos, auxiliando a categorização.

Foi obtida a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos antes de dar início ao levantamento dos dados. Todos os nomes foram substituídos por pseudônimos para preservar o anonimato dos entrevistados/as.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As concepções dos servidores/as docentes e técnico-administrativos/as acerca de características atribuídas à meninos e meninas evidenciaram-se no processo de análise das entrevistas. Não foram questionadas diretamente, intencionalmente sondadas no momento da entrevista. No entanto, apareceram de forma espontânea nas falas e os comentários convergentes levaram a significativos padrões. Foram feitos comentários sobre a maneira de se portar dos/as estudantes, a sua relação com o estudo e a convivência com os/as colegas, considerando o gênero. Estas diferenças foram percebidas nas interações do cotidiano escolar, na observação diária possibilitada pelo exercício da profissão docente e no atendimento aos estudantes.

Estes caracteres atribuídos a um e a outro gênero são, de certo modo, coerentes, dado que meninos e meninas usualmente comportam-se de formas distintas. Observar e relatar tais características não significa necessariamente que os entrevistados entendam que os discentes estejam limitados a elas, de modo estanque e em contraste ao outro gênero. Contudo, entendemos que há o risco de tal observação levar à naturalização ou estigma, tornando o ambiente escolar um reforço à divisão sexual do trabalho. Ocorre que as “concepções de gênero binárias e excludentes, que insistem na diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher”, ainda que venham perdendo força, levam à permanência de diversas atividades como masculinas ou femininas (LUZ; GITAHY, 2016, p. 56).

Para Goffman (2008), a sociedade categoriza as pessoas e quais atributos considera “comuns e naturais” para essas categorias. Essas pré-concepções sobre as características imaginadas de acordo com a categoria imputada à pessoa, em geral atribuem valor de descrédito, defeito, fraqueza, enfim, como uma pessoa “diminuída”. Isso se dá uma vez que o estigma constitui “uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (Goffmann, 2008, p.6).

Uma característica apontada em seis entrevistas foi a percepção de “emotividade” nas meninas estudantes. Em diversos momentos os entrevistados comentaram sobre como as alunas são sensíveis, sofrem por amor, choram, se desentendem e se cobram. Quanto aos meninos, em geral os comentários foram no sentido da ausência de características semelhantes.

Onde tem um monte de mulher, né... Eu sempre falo... difícil. Difícil, né? Sempre tão lá de um jeito, depois fica de outro, tá na TPM, como é que tava? Deu uma briga com o grupinho da outra, a outra, né, daí já vai pra outro grupo (...) Não sei, parece que as mulheres estabelecem esses... necessitam desses grupos. (...) Os meninos têm, têm grupos. Mas eu acho bem menor do que as meninas. (Alice - atendimento ao estudante)

No primeiro ano quando eles chegam aqui eles apresentam muito nervosismo. Nossa, demais. E parece que quem mais sofre são elas (...) Mais eu acho que é cobrança delas mesmas. Pelo que eu converso com elas. Sabe? É nota baixa que não tinha antes, né? E agora chega aqui... Aí com os alunos, com os meninos, acontece pouco esse comportamento. (Pedro - coordenador de curso)

Ai cara. Eu não sei que geração que a gente vai ter as mulheres a salvo. (...) Porque essa de adolescentes agora... Ah, daí elas ficam, e brigam por causa de namorado, babaquinha... (...) Porque “ah, você ficou com o guri que eu queria”, elas não vão em cima do cara, elas vão em cima delas. Ah, ficam chorando pelos cantos... (Sabrina - atendimento ao estudante)

Podemos notar que as meninas são descritas como intensas nas suas relações. Seus sentimentos não são ocultos. Muito pelo contrário, invadem o espaço escolar e demandam dos/as professores/as e técnicos/as certa energia para administrá-los. Em algumas entrevistas esta circunstância é relatada como algo inconveniente ou trabalhoso.

Tem alguém chorando: “ah, só pode ser do [curso]”, “ah, porque não sei o que”. Falei: não é possível. Até eu uso esse termo às vezes, sabe. Vou no primeiro ano aqui... Tudo elas choram. Tudo é isso, tudo... Tá, tem uma sensibilidade. Mas eu vejo também é um pouco os preconceitos da gente. Eu digo a gente criou um estigma, sabe. (Gabriela - coordenadora de curso)

Eu tenho o terceiro ano também que vai formar esse ano bem complicado. De briga entre meninas. (...) Eu acho que é mais questão mesmo de relacionamento, né, e de mulher. (Alice - atendimento ao estudante)

Mas esse ano as meninas do primeiro ano tão assim que meu Deus, não dá pra aguentar. As outras não, são mais tranquilas, mas as do primeiro, meu Deus do céu. (Sabrina - atendimento ao estudante)

Uma coordenadora, inclusive, mostrou-se desgostosa com este estereótipo e relatou estratégias que usa para evitá-lo. Contou como age nos momentos em que orienta as alunas em suas demandas emocionais, a fim de reduzir o estigma:

Às vezes elas choram, mas a gente “ó, vamo resolver isso”. Deu, enxuga a lágrima, a gente aconselha, leva pro SISAE, sabe. Mas o estigma ainda existe. (...) Eu me preocupo, pergunto, mas eu não fico valorizando aquelas coisas, sabe. Eu não fico tratando que nem criança, como se “ah, qualquer coisa...”, frágil. Não são frágeis coisa nenhuma. Não existe isso. (risos)

(...)

Gente, nós não somos... as meninas não são... elas sabem se virar mais do que eu. Não são uma máquina quebrada, uma máquina para pifar a qualquer momento. (...) elas são muito criativas, elas são muito espertas, são críticas, sabe. Não é qualquer coisa assim, elas são críticas nas coisas. Então às vezes elas por falarem a mais.. “Tá reclamando, só pode ser mulher, só pode ser mulher”. Eu fico p... Aí eu defendo. Eu defendo, mas ao mesmo tempo tento fazer elas amadurecerem. (Gabriela - coordenadora de curso)

Este relato mostra o desejo de se desvencilhar de ideias preconcebidas sobre como são as mulheres. Sem entrar no mérito de discutir se a expressão de emoções é uma fraqueza, fica evidente na fala da coordenadora do curso a sua percepção do ambiente escolar como produtor de um estigma sobre as meninas que as coloca em uma posição de fragilidade, o que não corresponde à realidade. Como indicam Luz e Gitahy (2016), são criados estereótipos sobre homens e mulheres que resultam em valorações diferentes de suas atividades laborativas. Há uma nítida divisão de atributos: “agressivos, militaristas, racionais, para eles; dóceis, relacionais, afetivas, para elas”. (LUZ; GITAHY, 2016, p. 62).

A fala de uma servidora que atua no atendimento ao estudante nos chamou atenção quanto aos atributos notados em meninos e meninas. Ao falar sobre a área das ciências exatas, ela afirma: “eu vejo mais facilidade em relação às exatas nos meninos. Meninas eu acho que é mais, também, a questão do afeto, é... próprio acho que... sabe, da mulher, né? Do feminino assim.” (Alice - atendimento ao estudante). O afastamento entre as ciências exatas e as meninas foi um tema recorrente das entrevistas.

Já em sentido inverso à ideia dicotômica de “mulher emotiva”, e “homem racional”, um entrevistado de um *campus* com moradia estudantil relatou sobre as dificuldades de adaptação dos meninos quando chegam à instituição. Contou sobre o trabalho de acolhimento realizado pelos profissionais. Mesmo assim, disse que os rapazes encontram dificuldades e sentem mais a separação da família e a nova rotina:

o impacto é grande. E as meninas... As meninas sofrem um pouquinho menos que os piá. Os piá eles choram mais. É, eles sentem mais assim a saída, o

*desligamento familiar, sabe assim? Eles tem um sofrer maior que as meninas.
(Antônio - atendimento ao estudante)*

A situação de estar na moradia estudantil representa uma mudança brusca na vida dos/as estudantes. Mas, para as meninas, tende a não ser uma novidade serem responsáveis pela organização e limpeza dos espaços onde moram. Isto porque o trabalho de reprodução social (as atividades necessárias à recomposição da força de trabalho: a manutenção da casa, o trabalho de limpeza, a produção de alimentos, os cuidados com os vulneráveis), são socialmente atribuídos às mulheres.

A familiaridade das meninas que ocupam a moradia estudantil do *campus* em questão com estas demandas fica evidenciada em outro trecho da entrevista:

*Então você vê por exemplo, aqui quando a gente vai na moradia estudantil das meninas, nós vamos encontrar lá o ambiente limpinho, organizadinho, numa escala de zero a dez você vai encontrar nove, nove e meio, uma coisa bem organizada. E daí você vai observar lá a moradia dos piá, e vai ver tudo meio bagunçado. Então conversando com os pais e com as mães, e até com os alunos também, você vai ver que tá lá em casa né, as filhas já falam: “ah, porque a mãe manda fazer, todo... deus o livre, senão fica queixosa, e tal.
(Antônio - atendimento ao estudante)*

Para Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) a reprodução social corresponde a um amplo corpo de atividades. Associada ao “trabalho de produção de pessoas”, a reprodução social “não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico, ela também cria e mantém nossa capacidade de trabalhar” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 52). O capitalismo remodela a opressão às mulheres, e atribui a reprodução social um valor inferior: “Nas sociedades capitalistas, o papel de fundamental importância da reprodução social é encoberto e renegado. Longe de ser valorizada por si mesma, a produção de pessoas é tratada como mero meio para gerar lucro. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 52-53).

O mais comum é que, conforme vão crescendo no ambiente familiar, as meninas sejam preparadas para desempenhar determinadas atividades na casa. Conforme Duarte e Spinelli (2019, p. 131), as atividades domésticas (como são feitas e principalmente por quem) representam pontos referenciais na infância e criam subdivisões nas observações da criança, às quais procuram se ajustar.

Fato é que a carga do trabalho necessário à reprodução da vida, invisível e desvalorizado, pesa sobre as mulheres. Seja feito em nome do afeto das relações familiares, seja em relações de trabalho precarizado, em que, para liberar uma mulher para o trabalho produtivo

fora de casa, outra mulher assume as tarefas domésticas. É a chamada “bipolarização do emprego feminino”, abordada por Hirata (2002). O avanço do trabalho feminino não ocorre de maneira equânime. Portanto, há

um contingente minoritário, mas significativo, de trabalhadoras na categoria de executivos e profissões que exigem o grau superior, por um lado, e uma grande maioria de mulheres em situações de trabalho vulneráveis, precárias, mal-remuneradas e não valorizadas socialmente, por outro. (HIRATA, 2002, p.24)

Ocupar espaços presumidamente masculinos pode requerer um significativo esforço feminino. Neste sentido, uma outra característica abordada nas falas dos entrevistados diz respeito à dedicação das meninas às atividades acadêmicas. Nove dos treze entrevistados falaram sobre a autocobrança das alunas em relação ao desempenho escolar e sobre seu esforço em diversas atividades.

Ela leva mais a sério uma prova. Leva mais a sério um trabalho. Elas são mais... Se unem mais, e tal, pra fazer as coisas acontecerem. Perguntam para o professor, para a professora, pelo que a gente percebe, com mais facilidade, e tal assim. Mas é a mínima coisa, tipo se as meninas são oito, numa escala de zero a dez, os piá mais ou menos um sete. Mais ou menos assim. (Antônio - atendimento ao estudante)

Quando acontece evento elas são unidas pra se organizarem, elas trabalham bastante... (Gabriela - coordenadora de curso)

Lima (2013), a fim de compreender a inserção de mulheres no campo da ciência da computação, buscou conhecer o que pensam professores (homens e mulheres) sobre o tema. Ela comenta sobre a percepção de que a mulher precisa de um esforço adicional para provar que tem a mesma competência que os seus pares masculinos, algo que não é igualmente cobrado dos homens.” (LIMA, 2013, p. 810).

Elas apresentam bom desempenho, sabe, muitas vezes até superior aos meninos assim. Eu converso muito com [um colega], (...) e ele fala “aquela turma ali as meninas são bem dedicadas e com um desempenho até superior aos meninos”. Não sei se elas trabalham mais pra também não ter esse tipo de comparação, né. (Débora - coordenadora de curso)

Em duas entrevistas realizadas por nós, contudo, foram feitas declarações no sentido de que características de esforço para bom desempenho escolar não tem relação gênero, sendo explicadas mais por características pessoais ou por perfil da turma.

Lucas: As meninas que se esforçam, que tentam, conseguem...

Pesquisadora: Elas têm essa característica?

Lucas: Algumas sim, outras já não, mas isso também tem menino que tem, tem menino que não tem. Isso não é nem uma questão de ser menino ou não ser menino nesse ponto. (Lucas - coordenador de curso)

O que dá pra falar é que assim, cada turma de entrada é única. Então você tem por exemplo, turmas predominantemente femininas que todo mundo é super aplicado, que vai atrás assim, sabe aquela turma show de bola, ótima de trabalhar, e outra do mesmo curso, predominantemente feminina, que é um desleixo. (...) Então não dá pra, eu não vejo diferença na turma por causa da razão sexual né, da proporção sexual. (Tiago - coordenador de curso)

Houve também uma fala que mostra como meninos e meninas são vistos involuntariamente pelos/as servidores/as. O trecho a seguir foi comentado casualmente por Antônio, que trabalha no atendimento ao estudante. No seu entendimento, um dos cursos do *campus*, que é majoritariamente feminino, tende a alcançar um equilíbrio com o passar dos anos. Isso porque os meninos acabarão percebendo no curso uma oportunidade “empreender”, já que trata-se de uma área em expansão. É interessante observar que essa característica atribuída aos meninos (de ter iniciativa, aproveitar oportunidades de negócios e “fazer acontecer” profissionalmente) é muito espontânea na fala e é direcionada apenas aos meninos, ainda que tenha sido ressaltada por ele mesmo a determinação e esforço das meninas nos cursos.

Pelo que a gente tem notado também porque tem muitos rapazes fazendo principalmente o curso. Que exploram um outro sentido, uma imaginação comercial, e coisa, empreendedorismo, nesse sentido mais assim né. Também tem uma outra visão. Talvez falte a gente canalizar um pouco mais. Né? (...) E eu acredito que em breve, breve não, mas tipo cinco, seis anos, oito anos, vai haver um equilíbrio no curso. Porque é uma área bem.. que oferece muito campo de trabalho. (...) Tá bem evidenciada essa parte. E daí também... a exploração também por parte do masculino... Ôpa! Aqui dá para se explorar também. (Antônio - atendimento ao estudante)

As falas dos entrevistados não evidenciaram situações de flagrante constrangimento a estudantes de gênero minoritário nos cursos. Pelo contrário, quando questionados, os entrevistados posicionaram-se contrários à qualquer tratamento desigual por conta do gênero dos/as estudantes. Ainda assim, mesmo que de forma sutil, percebemos que ainda persistem algumas crenças estereotipadas a respeito das características dos meninos e das meninas.

Sabemos que é possível agir para questionar ideias consolidadas sobre como são e que tipo de trabalho devem desempenhar homens e mulheres. Nas entrevistas, percebemos que há muitas ações já sendo desenvolvidas por docentes e técnicos no sentido de promover um

ambiente de ensino mais democrático e equânime para meninos e meninas. Seja por iniciativas individuais, ou através da organização coletiva, é importante conversar sobre temas que não abordados no cotidiano. Tais ações são cruciais para que aos poucos possa se alterar o modo de pensar na instituição. Como Olinto (2011), entendemos que “a experiência escolar é decisiva: ela pode contribuir tanto para a reprodução de valores e atitudes que reduzem as oportunidades das meninas quanto para a mudança decisiva em suas perspectivas profissionais.” (OLINTO, 2011, p. 76).

Uma iniciativa que vai ao encontro dessa necessária mudança é a realização do evento “Semana Feminista”, que ocorre em dois dos *campi* visitados. O evento é realizado anualmente por iniciativa própria dos *campi* (com início nos anos de 2017 e 2018). É voltado a estudantes, servidores e público externo. Na pauta debatem-se temas como: gênero, violência, direitos, sexualidade, entre outros. É uma oportunidade de refletir sobre a desigualdade de direitos entre mulheres e homens na sociedade, e conta com diversas atividades como palestras, oficinas, rodas de conversas, intervenções culturais, elaboração de cartazes, etc.

Dos sete entrevistados que trabalham em um dos *campi* onde ocorre o evento, somente uma não falou sobre esse tópico. Foram relatadas resistências, contraposições e desinteresse de alguns professores e parte dos/as estudantes. De todo modo, o evento continua ocorrendo nos dois *campi*, atingindo o objetivo de promover a discussão temas relevantes. Um trecho que ilustra o alcance positivo do evento é descrito por Tiago:

Esse ano foi bem legal. Tipo, mais ou menos em horário de intervalos, tiveram algumas apresentações, poemas, algumas apresentações cênicas, aqui no pátio mesmo, e aí os alunos ficaram todos em volta, embaixo e no mezanino, ali. E cara, e mesmo quem tava boicotando pelo menos viu. Sabe? Então... Muitos cartazes, os cartazes ficaram eu acho que até setembro tavam, tinha muito cartaz aí. (Tiago - coordenador de curso)

Também é percebido impacto do evento nas atitudes dos/as estudantes, seja no preparo para responder à comentários inadequados ou na sua participação durante o evento.

E [aqui] nós temos um evento chamado Semana Feminista. Já ocorreu três anos. E aí são debatidos muitos assuntos. Então as meninas aqui eu acho que elas são muito conscientes e elas estão muito preparadas pra responder. Então existe um cuidado nas falas porque sabem que falou, vai levar. (risos) Pelo menos assim, eu acredito que na frente, diretamente tem todo um cuidado... (Renata - coordenadora de curso)

Os alunos participam. A gente faz atividades. Geralmente é três dias assim de atividades. A gente encerra no sábado. E é bem interessante assim as falas, as participações dos alunos, às vezes a gente fica meio assim, “nossa, não imaginava que ia pensar assim”. (Lais - coordenadora de curso)

Além disso, em mais de uma fala, os/as servidores/as demonstram que as suas ações cotidianas influenciam nas concepções dos alunos sobre gênero. As falas indicam que a formação dos/as estudantes na instituição vai além dos conteúdos técnicos profissionais específicos, englobando uma formação humana mais ampla.

A gente avançou muito nisso, nós avançamos. Há um respeito grande, né, nessa parte assim. Nessa parte de racismo, a questão de gênero, a questão religiosa, a questão política, nós avançamos. Né, mas foi em cima da saúde da gente, do trabalho, com a direção, a gente parava o serviço da gente e ia, e ia em cima disso. E reunião, e trabalho de conscientização, e os professores também trabalharam bastante. Nós alinhamos. (Antônio - atendimento ao estudante)

Hoje até eu tava comentando que eles [os meninos em curso majoritariamente feminino] estavam apresentando trabalho (...) Aí eu brinco “você tão usando rosa?”. “Qual o problema, professora? Vocês não ensinam a gente a não ter preconceito?”. E eu: “tá”. (risos). É isso mesmo que eu queria escutar, por isso que eu fiz a pergunta. (risos) (Gabriela - coordenadora de curso)

Mesmo sabendo que dos limites da atuação dos/as servidores/as, uma vez que a instituição escolar não é isolada da sociedade, são evidenciados esforços dos/as docentes e técnicos/as na formação dos/as estudantes.

Débora: São sementinhas que a gente vai jogando, né. A gente não sabe, mas é porque também tem o fator familiar, acho que... né, eles veem os pais agindo, falando, então é difícil de a gente desconstruir aqui na escola. Mas a gente tenta. (Débora - coordenadora de curso)

Olha, [aqui] é uma cidade pequena. Provincial. Então assim, tem muita coisa pra trabalhar. Eu (...) consigo trabalhar algumas questões relacionadas à gênero, homofobia, racismo, ou... sabe, preconceito racial, de uma forma, dentro da disciplina, assim. Não é fácil. Não é fácil. (...) É trabalho de formiguinha. Mas eu acho que a educação é trabalho de formiguinha. (...) Mudar o mundo, uma pessoa de cada vez. (risos) (Tiago - coordenador de curso)

A ação destes profissionais impacta a vida dos/as estudantes, mesmo que sutilmente. Maia e Quirino (2021) pontuam, em artigo que traz estudo comparativo sobre a violência simbólica de gênero em ambientes educacionais (especialmente na educação profissional e tecnológica), que a “a omissão da escola contribui grandemente para a perpetuação da violência simbólica contra meninas e mulheres” p. 5.

Do mesmo modo, Santos, Santos e Nery (2020) ressaltam que a escola é influenciada pelos modos de pensar da sociedade. É na escola que acontece a socialização de meninos e meninas, então deve-se ter em mente no que a educação escolar pode contribuir para as assimetrias entre homens e mulheres. Contudo, a escola também é local de questionamento e pode contribuir para transformar estes modos de pensar. A fala dos entrevistados demonstra um passo importante e não deve ser desconsiderado, assim como qualquer ação, individual ou coletiva, que questione a discriminação de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falamos sobre como ainda persistem marcas da divisão sexual do trabalho na proporção de matrículas femininas e masculinas nos cursos de ensino médio integrado. A partir das entrevistas realizadas, foi possível perceber que, embora contraponham-se abertamente à discriminações de gênero, alguns/algumas servidores/as envolvidos no atendimento aos estudantes e no ensino dos cursos de excessiva prevalência masculina e feminina ainda mantêm ideias estereotipadas sobre as características dos discentes quanto ao gênero.

Acreditamos que os/as servidores/as têm possibilidade, no seu trabalho, de contribuir para questionar as ideias limitantes sobre a atuação de homens e mulheres no mundo do trabalho, na mesma medida em que podem reforçá-las. Mesmo que tenham sido observadas algumas ideias discordantes, acreditamos no potencial de crítica e questionamento.

Neste sentido, pontuamos a importância de algumas iniciativas realizadas. Dentre elas, a edição da Semana Feminista em dois dos *campi* visitados, possibilitando momentos de reflexão sobre as relações de gênero, bem como a implementação dos Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES), buscando promover uma instituição mais igualitária. Os NEGES fazem parte da recente política de inclusão e diversidade implementada na instituição, e tem como objetivo fomentar estudos de questões relativas à temática de gênero, identidade de gênero e sexualidades, bem como promover ações de combate ao preconceito.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista outubro**, São Paulo, Edição 32, p. 99 -113, set. 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em 02 jul 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha. PNP 2019**: Ano base 2018. Brasília: MEC/SETEC, 2019. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org/>. Acesso em: set 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha. PNP 2020**: Ano base 2019. Brasília: MEC/SETEC, 2020. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org/>. Acesso em: 25 ago 2020.

DUARTE, Giovana; SPINELLI, Letícia Machado. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. **Revista Sociais & Humanas** - Vol. 32 / Nº 2 - 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/sociais/humanas/article/view/36316> Acesso em 18 jun 2020.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dez. 2007. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/344/348>. Acesso em 14 set. 2020.

LIMA, M. P. As mulheres na Ciência da Computação. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 793-816, set. 2013. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300003>. Acesso em: 21 de jul. 2019.

MAIA, E. H. G.; QUIRINO, R. Violência simbólica de gênero: estudo comparativo sobre o ambiente acadêmico em escolas de educação profissional e tecnológica. **REVES - Revista Relações Sociais**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 10422-01, 2021. DOI: 10.18540/revesv4iss2pp10422-01-10e. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/10422>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MENA-CHALCO, J.; ROCHA, V. Caracterização do banco de teses e dissertações da CAPES. *In: 4º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria*, 14 a 16 maio 2014.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/261438720_Caracterizacao_do_banco_de_teses_e_dissertacoes_da_CAPES

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667> Acesso em 30 set. 2020

QUIRINO, Raquel. Divisão Sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.24, n. 2, p. 229-246, mai-ago. 2015. Disponível em:<<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7830>>. Acesso em: 07/11/2020

SANTOS, E. F.; SANTOS, I. F.; NERY, M. A. A. M. RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A PRESENÇA DAS MULHERES. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, p. 1-17, 28 ago. 2020.